



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - DHG  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**RENATA DA SILVA BARBOSA**

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: Uma análise de crianças e  
adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB**

**Campina Grande = PB  
2011**

**RENATA DA SILVA BARBOSA**

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: Uma análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Agnaldo Barbosa dos Santos

**Campina Grande = PB  
2011**

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

B238t      Barbosa, Renata da Silva.  
Território e territorialidade [manuscrito]: Uma análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande - PB. / Renata da Silva Barbosa. – 2011.  
**54 f. : il. color.**

**Digitado.**  
**Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.**  
“Orientação: Prof. Me. Agnaldo Barbosa dos Santos, Departamento de História e Geografia”.

1. Geografia Humana.    2. Território.    3. Políticas Públicas.    I. Título.

21. ed. CDD 304.2

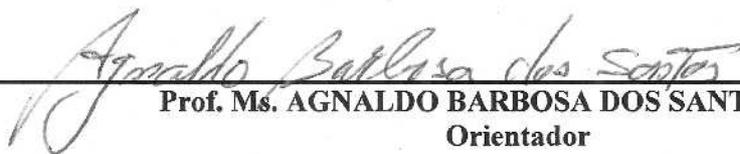
**RENATA DA SILVA BARBOSA**

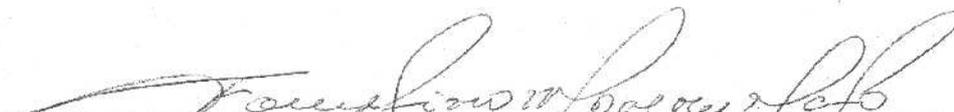
**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: Uma análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Monografia aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2011

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Ms. AGNALDO BARBOSA DOS SANTOS/UEPB  
Orientador

  
Prof. Ms. FAUSTINO DE MOURA NETO/UEPB  
Examinador

  
Prof. Ms. HELIO DE OLIVEIRA NASCIMENTO/UEPB  
Examinador

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por te me dado força e sabedoria para concluir mais uma etapa em minha vida;

A minha família que sempre me apoio e me ajudou nesta caminhada acadêmica, em especial minha mãe Maria José e meu pai Reginaldo Barbosa;

A todos os meus colegas de curso, em especial a turma 2006.1, que contribuíram em debates para um maior conhecimento;

Ao Programa Ruanda, da Prefeitura de Campina Grande, pelo apoio na pesquisa “*in loco*”, bem como informações concedidas;

A todos os mestres, que contribuíram para minha formação acadêmica; em especial a Prof. Dr. Penha Caetano que apoio este estudo, quando este se apresentava só como um projeto, e ao Prof. Ms. Arthur Valverde, que foi fundamental para a concretização deste, onde além de indicações de literaturas, me auxiliou na esquematização da pesquisa;

Ao meu orientador o Prof. Ms. Agnaldo Barbosa, pelas suas contribuições e ajuda para conclusão deste estudo.

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, por ter dado ânimo para concluir mais uma etapa em minha vida, aos meus pais, pela confiança e apoio, aos meus irmãos, e a todos que torceram e me ajudaram na elaboração deste trabalho.

*“A sobrevivência é o nome do jogo da convivência humana. E que o derradeiro propósito da sobrevivência é sobreviver aos outros“.*

(BAUMAN, 2005)

## RESUMO

BARBOSA, Renata da Silva. **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE**: Uma análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande - PB. Prof. Ms. Agnaldo Barbosa dos Santos. Campina Grande: UEPB, 2011, 54 fls.

O presente estudo tece algumas abordagens a respeito de uma categoria-chave da Ciência Geográfica, o território. Desta maneira, a pesquisa constitui-se de um levanto epistemológico sobre o termo, e seus respectivos “derivados”, territorialidades e territorialização. Tendo como objetivo principal, a análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB, estes num dado espaço, construindo seus territórios. E como o termo território é definido como um espaço mediado pelas relações sociais, que são também relações de poder, está população que se encontra nos semáforos, da referida cidade, constroem desta maneira seus territórios. Este fato se torna visível nas observações feitas “in loco”, ou melhor, existe uma relação de poder entre esses meninos, no qual é visível a qualquer um que direcione os olhares para estes. A partir dessas relações que são mediadas pelo poder, às crianças e os adolescentes que se encontram nestas “áreas de risco” delimitam seus territórios, e tudo passa a ser vivido nestas áreas. A rua se torna um atraente, que passa a substituir a casa, ou melhor, a rua passa a ser a casa desta população infanto-juvenil. Tudo passa a ser vivido nas ruas, como precedentemente descrito, a família, as relações-sociais, enfim, levando-nos a indagar-se sobre as Leis Federais e o que estas garantem a essa população infanto-juvenil, que se encontram nestas “áreas de risco”. Ao longo da pesquisa realizada “in loco” observou-se características específicas dos semáforos, a título de exemplificação, o motivo pelo qual só se encontram crianças e adolescentes do sexo masculino nos semáforos, os “pioneiros” destas atividades nos semáforos de Campina Grande-PB, como esta população infanto-juvenil se organiza nos semáforos, enfim. Explicitando também a construção de comunidades nos semáforos, e alguns problemas enfrentados por estes como, o medo, a violência, dentre tantos outros. O método utilizado para a realização da pesquisa esta pautado no indutivo-estruturalista-fenomenológico, haja vista que a pesquisa deriva de observações de casos particulares da realidade, para entender desta maneira a parte de um todo, bem como uma realidade que é construída socialmente.

**Palavras-chave:** Território; crianças e adolescentes; Campina Grande.

## ABSTRACT

BARBOSA, Renata da Silva. **Territory and territoriality**: An analysis of children and adolescents at the lights of the city of Campina Grande - PB. Prof. Ms. Agnaldo Barbosa dos Santos. Campina Grande: UEPB, 2011, 54 pgs.

This study presents some approaches regarding a key category of Geographical Science, the territory. Thus, the survey consisted of a rise on the term epistemological, and their "derivatives", territoriality and territorial. Its main goal is the analysis of children and teenagers at the lights of the city of Campina Grande - PB, those in a given space, building their territories. And as the term territory is defined as a space mediated by social relations, which are also power relations, is the population that is at the lights of that city, thus building their territories. This fact was visible in the observations made on the spot, or rather there is a power relationship between these boys, which is visible to anyone who looks to direct them. From these relations mediated by power, children and teenagers who are these "risk areas" demarcating their territories, and all seems to be living in these areas. The street becomes an attractive, which is to replace the house, or rather, the street becomes the home of the juvenile population. Everything begins to be lived on the streets, as previously described, the family-social relationships, ultimately leading us to wonder about the Federal Laws and that they ensure that children and teenagers, who find themselves in these areas "risk ". Throughout the research conducted on the spot observed specific characteristics of the traffic lights, by way of example, why are only children and teenagers boys at the lights, the "early adopters" of these activities at the traffic lights in Campina Grande, PB, as this population of children and adolescents is organized at the traffic light at last. Explaining also the community building at the traffic lights, and some problems faced by them as, fear, violence, among many others. The method used to carry out the research ruled that the inductive-structuralist, phenomenological, given that the research stems from observations of particular cases from reality, to understand this way part of a whole as well as a reality that is socially constructed.

**Keywords:** Territory, children and teenagers; power, Campina Grande

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> - Entrevista realizada nas proximidades dos semáforos em estudo .....	28
<b>FIGURA 2</b> – Crianças pedintes .....	29
<b>FIGURA 3</b> – Estrutura piramidal .....	29
<b>FIGURA 4</b> – Mapa de Campina Grande .....	32
<b>FIGURA 5</b> – Confluência da Avenida Canal com a Santo Antônio .....	33
<b>FIGURA 6</b> – Confluência da Avenida Canal com a Rua João da Mata.....	33
<b>FIGURA 7</b> – Confluência das ruas, Dr. Severino Cruz com a Miguel Couto; e a Av. Prof. Almeida Barreto .....	34
<b>FIGURA 8</b> – Confluência das ruas, Dr. Severino Cruz com a Miguel Couto; e a Av. Prof. Almeida Barreto .....	34
<b>FIGURA 9</b> – Semáforo localizado próximo ao viaduto .....	36
<b>FIGURA 10</b> – Acesso ao bairro José Pinheiro .....	37
<b>FIGURA 11</b> – Acesso ao bairro Estação Velha .....	37
<b>FIGURA 12</b> – Menor F. realizando seu trabalho .....	40
<b>FIGURA 13</b> – Menores trabalhando.....	42

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>I PARTE</b>	
<b>2 ALGUMAS NOTAS SOBRE TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E TERRITORIALIZAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
2.1 TERRITÓRIO: ESPAÇO DE CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO E DO PODER.....	12
2.2 TERRITÓRIO: PALCO DAS RELAÇÕES E INTERAÇÕES POLÍTICAS, ADMINISTRATIVAS E ECONÔMICAS .....	15
2.3 CARACTERIZAÇÃO DE TERRITORIALIDADES E TERRITORIALIZAÇÃO.....	18
<b>II PARTE</b>	
<b>3 SE ESSA CASA OU ESSA RUA FOSSE MINHA.....</b>	<b>20</b>
3.1 DIFERENCIAÇÃO ENTRE RUA E CASA .....	20
3.2 MENINOS DE RUA OU MENINOS NA RUA? .....	22
3.3 ESTRUTURA FAMILIAR E SUA FALÊNCIA.....	23
3.4 ECA, CONSELHO TUTELAR, RUANDA .....	26
<b>III PARTE</b>	
<b>4 TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: A VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS SEMÁFOROS DE CAMPINA GRANDE - PB .....</b>	<b>32</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NOS SEMÁFOROS DE CAMPINA GRANDE - PB .....	32
4.2 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIO .....	39
4.3 CONSTRUINDO IDENTIDADES/COMUNIDADES .....	45
4.4 VIOLÊNCIA E MEDO: A REALIDADE NOS SEMÁFOROS .....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, mas precisamente com o surgimento da Geografia Crítica, o território, começa a ganhar novas variáveis dentro desta perspectiva de “reforma” do conceito, no qual este passa a ser conceituado a partir das relações de poder, não que estas relações (território-poder) não existissem, mas, estas eram “camufladas” pelo Estado, passando após este período a ser claramente identificadas nas relações sociais. Desta maneira a respectiva pesquisa tem como objetivo analisar as crianças e os adolescentes dos semáforos da cidade de Campina Grande – PB, ou seja, estes num dado espaço, construindo seus territórios. E como a construção dos territórios se dá pelas relações de poder, como já foi precedentemente descrito, se torna visível/explicito a relação de poder nos semáforos estudados, onde estas crianças e adolescentes de forma consciente ou inconscientemente, possuem poder um em relação a outro, pois, toda relação é mediada pelo poder.

Para a realização da pesquisa precedente foi necessário um levantamento bibliográfico para que possibilitasse uma maior compreensão a respeito da epistemologia do termo, território, e seus respectivos avanços no transcurso da história. Além deste embasamento teórico, a pesquisa também se concentrou em um estudo empírico, no qual este foi realizado em três etapas especificamente, constituindo-se da seguinte forma.

O primeiro passo da pesquisa se deu à delimitação das áreas a serem estudadas, sendo estas compostas das confluências das seguintes ruas e avenidas: João Florentino de Carvalho (popularmente conhecida como a avenida canal) com a Santo Antonio, João da Mata e Vila Nova da Rainha, Dr. Severino Cruz com a Miguel Couto, e a Av. Prof. Almeida Barreto.

O segundo passo é a inserção da pesquisadora ao Programa Ruanda, sendo este Programa criação da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB, no qual este trabalha junto a Secretaria Municipal de Assistência Social na busca de encaminhar estas crianças e adolescentes para outras atividades, retirando estas das ruas, e dos semáforos. A pesquisa foi subdividida em dois turnos (manhã/tarde), cada um destes com a duração de 3 meses. A ida aos semáforos se dava em observações in loco, que objetivavam compreender o dia-a-dia dessas crianças e adolescentes nos semáforos, e como estas se relacionavam entre si, e com a sociedade em geral.

E por fim o terceiro passo, que se caracterizou pelas entrevistas feitas a essas crianças e adolescentes dos semáforos estudados, onde teve a duração de um mês. Na realização das

entrevistas levantavam-se alguns questionamentos a respeito de suas vidas, que geralmente se resumia aos semáforos.

A pesquisa de campo conteve a duração de sete meses, no qual neste período foram acompanhadas em média, de treze a quinze crianças e adolescentes, e mais três famílias que vivem e convivem nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB. Também foi neste período que se deu a concretização das imagens, através de fotos.

Desta maneira a estrutura da monografia se constitui em três capítulos, no qual no primeiro capítulo será abordado o conceito do termo território, além de territorialidades e territorialização, neste início busca-se analisar e compreender o termo território, explicitando as mudanças de elementos que caracterizavam este conceito, bem como as influências das correntes de pensamento. O segundo capítulo é formado por elementos que engloba a vida dessas crianças e adolescentes que se encontra nos semáforos, a princípio mostra-se a diferença entre rua e casa, com o intuito de provar/comprovar as diferenças entre ambas; dentro desta perspectiva (da rua), indaga-se sobre estas crianças e adolescentes, pois, seriam estes “meninos de rua” ou “meninos na rua”; em seguida, será abordada a vida destas crianças e adolescentes, ou seja, a estrutura familiar, bem como as Leis Federais e o que estas garantem a esta população infanto-juvenil. E por último o terceiro capítulo que trás a caracterização destas crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB, e como estas constroem os territórios nos semáforos, além de aspectos relacionados à violência e medo destas.

A pesquisa concentrou-se, como já foi precedentemente descrito, na formação/construção dos territórios nos semáforos da cidade em estudo, bem como análises que tinham como foco a vida dessas crianças e adolescentes. Levando-nos a refletir sobre estas questões, que possui antes de tudo, um cunho social, pois, se caracteriza pela presença desta população infanto-juvenil nestas áreas de risco. Problemas de grandes centros urbanos, que a cada dia cresce mais, tornado-se conseqüentemente, mais visível.

Restando-nos apenas indagar sobre quais os motivos dessas crianças e adolescentes se encontrarem nos semáforos, em áreas de risco, e porque a sociedade, os governantes, enfim, não fazem nada para melhor, ou pelo menos, evitar, a presença de mais, e mais, crianças e adolescentes nos semáforos. Pois, como a Lei Federal, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), garante e explicita no seu primeiro artigo, cabe a este a proteção integral à criança e ao adolescente, então, se esta proteção esta materializada em artigo, porque não cumpri-la, retirando junto a outras instituições estes menores de áreas de risco, os semáforos.

## I PARTE

### 2 ALGUMAS NOTAS SOBRE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E TERRITORIALIZAÇÃO

#### 2.1 TERRITÓRIO: ESPAÇO DE CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO E DO PODER

Sendo considerado um dos conceitos mais importantes da ciência geográfica, o território, que etimologicamente, “deriva do latim TERRITORIUM, significando terra que pertence a alguém” (SILVA, 2002; p.16) sempre abriu portas para novos questionamentos, surgindo ao longo do tempo “ventos de renovação” que vinham atrelados a várias correntes do pensamento geográfico, que tinha como intuito redefinir/aprimorar seu conceito.

Território que compõem um dos elementos chave da ciência Geográfica emerge segundo Claval (1999, p.2) no “século XVI e é teorizado pela primeira vez por Jean Bodin”, o termo até então não tinha o caráter geográfico, este se restringia as “ciências da natureza”, a Etologia. Já na “história do pensamento Geográfico” o termo foi utilizado inicialmente por Ratzel, que foi fundamental, uma vez que este reelaborou o conceito de território ligado a ciência geográfica.

No Brasil, o termo território começa a entrar em evidência/destaque (não que este termo não fosse utilizado anteriormente) entre as décadas de oitenta e noventa, começando a despertar o interesse de grandes cientistas sócias brasileiros. Como por exemplo, Milton Santos, no qual é possível detectar o termo território em suas obras, onde este elaborará o “território usado” que a seu ver seria constituído de “solo mais identidade”.

A princípio, quando se utilizava a palavra território, já se fazia uma ponte para Estado, como se estivessem ligados, como se território fosse apenas à questão de solo. Como enfatiza Silva (2002, p.16): ”O conceito de território está impregnado da noção de Estado, ou de determinada área submetida ao controle de um Estado ou governo”.

Esta forma de conceituar o termo território, ligando-o ao solo, perdurou por muito tempo, chegando à Geografia Política, que faz parte da Geografia Clássica, e tendo como grande defensor, Friedrich Ratzel (1990), acreditava que a Geografia Política vinha se desenvolvendo rapidamente devido à necessidade de definir o Estado, como descreve, pois,

diante das versões de verdade que: “[...] exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteira é que vem se desenvolvendo rapidamente a Geografia política” (p.73). Desta maneira, o conceito de território era ligado “automaticamente” ao solo, “*boden*”. E ainda afirmava que:

Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número, mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura. (RATZEL, 1990, p.74)

Nesta concepção a perda do território ocorreria se o indivíduo perdesse solo, pois, mesmo perdendo parte de seu povo o território se mantém, diferenciando do conceito atual, uma vez que a população seria fundamental só para garantir naquele determinado espaço a “proteção” do solo, e isso se daria através da moradia e da alimentação (cultivo do solo). Assim caberia ao Estado a tarefa de “proteger” o território, garantido desta maneira a sobrevivência da população local.

Portanto, o território ligava-se diretamente com o solo, e ainda acreditava ser este um fato real, como coloca Ratzel (1990) ao afirmar que: “[...] ora, diante de tantas incertezas não é muito melhor ficar no estudo de um elemento real, que é o território, que está sob nossos pés?” (p.80), ficando claro que o território seria apenas o controle de uma parcela do espaço no qual um determinado grupo se “apossava” para garantir a sobrevivência do grupo.

No entanto Ratzel acreditava fortemente que o território seria um espaço, onde se apresenta os elementos naturais e humanos. Segundo Gomes (2010), “[...] ele se interessava sobretudo pela relação solo/cultura e pensava ser capaz de estabelecer leis regulares explicativas” (p.185). Desta forma Ratzel defendia que o território seria a base que esteava o Estado. Limitando o seu conceito a questão física do planeta. Alguns estudiosos direcionam esta visão pelo fato deste ser da corrente determinista, onde, o aspecto natural ganha destaque, o território seria o palco, onde os homens realizavam suas ações.

Quando o mundo se depara com as duas grandes guerras mundiais, este começa a passar por modificações em vários seguimentos. As ciências sociais são as que mais “sofrem estas influências”, e conseqüentemente o termo território, volta ao centro das discussões dos estudiosos. Pois, é neste período que se inicia uma nova fase da ciência geográfica, identificada como a Nova Geografia, vindo logo após desta, a Geografia Crítica, pois, anteriormente a estas se encontrava a Geografia Tradicional, que priorizou os conceitos de paisagem e região, “deixando de lado” (usando um termo simplista) o conceito de território. Levando assim, alguns geógrafos a se questionar, a respeito de seu objeto de estudo. Corrêa (1995) descreve este período pós 1945 afirmando que:

[...] o período pós 45, seja devido aos excessos feitos em seu nome pelas políticas expansionistas alemães, seja pela emergência da corrente geográfica conhecida como Teorético - Quantitativa que, despolitizando a Geografia, deixou de considerá-la um conceito-chave. (p.38)

Portanto após este período expansionista, de guerra, o território, começa a ser visto/revisto como um campo de batalha, para conquistar novas influências, para liderar uma nação. O poder nasce neste período, não que este não existisse anteriormente, mas, este se encontrava “camuflado” no Estado, passando a partir deste momento a ser identificado explicitamente nas relações sociais, e assim, o termo começa a ganhar novos ares, passando a ser a palavra - chave para definir o território.

Desta maneira se faz necessário a definição do termo “poder” visto que este é bastante confundido com o termo “violência”, pelo fato que, quando o indivíduo ou grupo perdem o poder, estes utilizam da violência para readquiri-lo. E sistematicamente, segundo Arendt (1985) citado por Souza (1995) discorre sobre o termo, ao afirmar que:

[...] o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se originara o poder (potestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (p.80).

E ainda acrescenta que:

[...] toda diminuição de poder é um convite a violência – quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência (p.78).

Considerando o exposto, o termo poder apresenta-se de forma transparente, deixando bastante visível o motivo pelo o qual este se liga impreterivelmente com o território.

Em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, Claude Raffestin (1993), aborda o termo território, como um dos trunfos do poder. Este enfatiza o termo, com o intuito de explicar as relações sociais, e como age, demonstrando o porquê de um grupo sobressair sobre outros. Desta maneira mostrará as ambigüidades, que o mesmo apresenta, sendo escrito de formas diferenciadas, o “Poder”, que se apresenta com o nome próprio, e se refere à soberania do Estado, controlando a população e os recursos; e ao mesmo tempo é um nome comum. Definindo o poder como uma “parte intrínseca de toda relação”, ainda, na perspectiva de Raffestin (1993):

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao

outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) cria um campo: o campo do poder... O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações [...] (p.53).

Qualquer organização é caracterizada por seres e coisas, seja porque os possui, os controla ou os dominam. Assim fica evidente que toda relação existe, se mantém, através do poder. Os indivíduos ou grupos que o detêm, sendo este fundamental, apresentando-se em qualquer relação.

Destarte, o termo poder, vai sendo ligado quase que automaticamente ao território, como antes era ligado ao solo, agora este se vê ligado ao poder. Mas, estas relações só foram mais evidentes (como já mencionado anteriormente) a partir da Nova Geografia, e principalmente a partir dos anos de 1970, com o surgimento da Geografia Crítica, surgindo desta maneira, novas variáveis que tinham como intuito analisar e conceituar o termo território.

Então, fazendo uma síntese do termo, o território é definido a partir das relações de poder mediadas pelo espaço e de qualquer forma, define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que estão mergulhadas, relações estas que são sempre, de poder, ou seja, o território reproduz as relações sociais em um ambiente, em dado momento, isso sempre com relação com poder. O território seria a junção de dois elementos básicos, “o espaço e o poder” (Souza, 1995; p.106).

## 2.2 TERRITÓRIO: PALCO DAS RELAÇÕES E INTERAÇÕES POLÍTICAS, ADMINISTRATIVAS E ECONÔMICAS

A partir da Geografia Crítica começam a surgir novas abordagens a respeito do território, não que o conceito anterior seja totalmente substituído, ou esquecido, mas, é a partir da década de setenta que aumentam as discussões a respeito da epistemologia do termo. Destacando-se alguns geógrafos de grande influência neste período, no qual, serão levantados alguns pontos importantes de cada um deles.

Nesta perspectiva, Claude Raffestin (1993), faz uma abordagem política sobre o assunto, mostrando um palco que antecede o território (o espaço) e, como se percebe a relação entre a parte e o todo, o particular e o geral, porém, segundo o estudioso:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator

sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993,p.143).

Nesta concepção, o território se apresenta de forma político-administrativa, na forma de estado, de nação, surgindo assim uma relação de “Poder”, que se da por pessoas ou grupos e é a partir destas relações que surge o território. Foi algo de críticas, especificamente a frase onde o referido autor coloca que [...] o espaço é anterior ao território [...], um dos estudiosos a criticar esta frase foi Souza (1995, p.96) ao afirma que: [...] o autor incorre no equívoco de ‘coisificar’, ‘reificar’, o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer o espaço social [...], ou seja, para Raffestin foi impreciso ao “materializar” o espaço, pois, toda vez que modifica-se o espaço natural, estará de alguma forma criando o território, visto que o território seria o espaço social “retrabalhado”.

No entanto, Rogério Haesbaert (2004) relata por vários momentos as diferentes concepções de território, destacando as diferentes abordagens dado ao termo, onde cada ciência utilizará um elemento para conceituá-lo e compreendê-lo. O que permite ao estudioso enfatizar:

[...] território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva ( HAESBAERT, 2004, p.37).

Para o autor, o território poderia apresentar diferentes enfoques. Pois, enquanto o geógrafo realçava a “materialidade do território”, incluindo a relação homem-meio, a antropologia destacava “sua dimensão simbólica”, e daí por diante. Para Haesbaert (2004, p.40), o território poderia ser definido, através de três linhas, como podemos perceber que:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente-relacionado ao poder político do Estado.

– Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

– Econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

O meio Político seria um espaço controlado e delimitado por um determinado poder, o Estado. Onde estes controlariam os indivíduos e os processos sociais, através do controle do espaço material, onde as relações se dão através do espaço e do poder. O cultural seria um

espaço caracterizado pelos aspectos culturais, carregando identidades, que seriam identificados como identidade territorial, onde este se apresentava de significados simbólicos e subjetivos. E por fim o econômico, que se apresenta como um espaço no qual se dá as relações capital trabalho, enfatizando as dimensões espaciais econômicas, sendo este uma fonte de recursos.

Acrescentando, portanto o meio natural, pois, mesmo sendo, da Geografia Crítica, que surgiu dando novo significado ao termo território, Haesbaert, enfatizava a ligação existente entre um termo e outro (entre território e natureza). Dizendo que o território se torna, antes de qualquer coisa, uma fonte de recursos, ‘meios materiais de existência e é comum, mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação entre sociedade e natureza na definição de espaço ou de território. Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, assim, fica evidente que não foi totalmente superada esta visão de território com solo, com terra, como era vista anteriormente, ainda existe resquícios em relação a estas definições.

Souza (1995) é outro cientista social que ganha notoriedade ao definir território, como “um espaço delimitado por e a partir de relações de poder”, sendo essencialmente um instrumento de exercício de poder, dispensando os recursos naturais, ou seja, passa a conceituar o termo, através das relações sociais e políticas, criando um “campo de força”, no qual o limite é dado por estes motivos e não mais, só por questões de fronteiras ou divisas. Sendo o território “essencialmente um instrumento de exercício de poder”. (SOUZA, 1995, p.79). Desta maneira o Estado perde forças no sentido de conceituar o termo, porém, o território não se encontra mais na base, como descreve Santos (2005):

[...] o território era a base, o fundamento do Estado – Nação, e ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (p.138).

Nesta concepção o autor afirma que, como antes nem tudo era “estatizado”, hoje nem tudo é “transnacionalizado”, o território na sua concepção são formas, mais o “território usado que são objetos e ações”, um espaço onde as relações sociais ocorrem, um “espaço vivido”, este espaço se dá pelas relações de poder, mesmo que estas sejam endógenas.

Sobretudo o território pode ser definido a partir das relações sociais, para Souza, este poderia ser visto, a partir de dois aspectos, que seriam: o território descontínuo e o território contínuo, o primeiro que poderia ser definido também como, território em rede ou território-rede, que surgem como nós ou pontos, no qual a estrutura interna não permite ser analisada ou investigada; já o segundo, território contínuo, diferentemente do primeiro, se mostra como uma superfície, sendo necessário analisar sua estrutura espacial interna. Assim, sempre que

ocorrer uma relação homem X natureza, no qual o homem irá modificar o espaço através da interação com este, que se cristaliza na forma do trabalho, criando assim um espaço social, ou seja, o território.

## 2.3 CARACTERIZAÇÃO DE TERRITORIALIDADES E TERRITORIALIZAÇÃO

Tendo como base o território, a territorialidade e a territorialização, são termos que vem ganhando destaque na Geografia, e que a cada dia desperta o interesse de estudiosos, isso ocorre de forma mais intensa após a Geografia Crítica. Lembrando que o termo território sempre estará ligado de forma direta com o poder, pois, como descreve Andrade (2002): “Estando muito ligado a idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. O conceito de território não deve ser confundido com o espaço ou lugar” (p.213).

Ainda de acordo com o autor, na construção do território, para as pessoas na qual realizam, ao sentimento de pertencimento daquela área, de participação, surgindo à territorialidade, onde ele afirma que:

[...] a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeito a gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território (ANDRADE, 2002, p. 214).

Ainda, descreve Corrêa (2002, p.251):

[...] a territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Portanto, a territorialidade pode ser entendida como a base de poder de determinado grupo sobre determinada área. Sendo entendida também como uma relação entre o espaço e o grupo que o “domina”, seria assim a “interação entre homem e espaço” (Souza, 1995; p.106), podendo ser identificada como os aspectos culturais daquele grupo que controla uma determinada área.

Outro autor que chega a definir o termo territorialidade é Sack (1986) apud Silva (2002, p.27), no qual define como sendo:

[...] a territorialidade não é um instinto, nem um poder essencialmente agressivo, mas a primeira expressão geográfica de poder. A territorialidade pode ser entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, por controle de área.

A territorialidade seria a primeira expressão do território, seria tornar o espaço público, que pertence a um coletivo, em um espaço privado, no qual é controlado por alguns agentes. A territorialidade seria o “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade. Acrescentando ainda que, territorialidade é um fenômeno totalmente social, envolvendo assim indivíduos que fazem parte do mesmo grupo ou de grupos distintos.

Como já mencionado, o território é um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, assim sendo, para a construção do território será necessário uma ação conduzida por um “ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível (e não somente o estatal)”, desta maneira o processo de apropriação do espaço criaria a territorialização.

Em resumo a territorialização ocorre quando a apropriação de certo espaço. De acordo com o caráter das indagações expostas, pode-se perceber na afirmação de Haesbaert (2009) que: [...] “a territorialização do espaço ocorre pelos processos de ‘apropriação’, seja ela concreta ou simbólica (pela representação, por exemplo)” (p.104). Desta maneira, a apropriação do espaço, irá caracterizar o próprio processo tornando-se resultado e condição dos processos sociais e espaciais, surgindo tanto o movimento histórico quanto o relacional.

Entretanto a partir do termo naturalizante, o pensar historiográfico destaca as relações que produzem os sentidos em determinadas temporalidades, abrindo-se, assim, para a complexidade dos processos de conhecimento e reconhecimento dos termos (territorialidade e territorialização) por meio de múltiplos referentes.

## II PARTE

### 3 SE ESSA CASA OU ESSA RUA FOSSE MINHA

#### 3.1 DIFERENCIAÇÃO ENTRE RUA E CASA

Partindo do referido assunto como um objeto de investigação e, de como se constituem o viver na rua, identificando as condições para manter uma vida social “digna”. Dessa formação, portanto se introduz e permitem, identificar elementos básicos de sobrevivência de um indivíduo, ou seja, alimentação, saúde, educação, lazer, entre outros.

No entanto nas práticas do dia-a-dia, as crianças e os adolescentes são “obrigados” a procurar outros meios de sobrevivência, e como não possuem qualificações suficientes para se inserir no mercado de trabalho, eles vêm a rua como saída imediata para conseguir sobreviver no meio de tanta desigualdade social. Começam a enxergar a rua como casa, que para eles se torna uma atraente, pois vão sair da rotina (casa) para em seu ver passar para uma cotidianidade muito mais extraordinária; com uma linguagem utilizada em “gírias” e códigos; e os laços familiares ou sociais, fundado na agressividade e na violência.

Nesta análise lembramos que a língua surge como um fator importante para as relações de poder, na qual, não poderíamos deixar de comentar, haja vista que seria utilizada nas práticas de uma forma simplista balizar seu território. Marcando desta maneira, seu corpo, sua vida, tirando a essência da infância e tornando crianças, de forma precoce, em adultos vitimados por essa sociedade desigual e desumana.

Para tal análise, o modo de agir possuiu funcionalidades que são bastante expressivas entre estes cidadãos dos semáforos da cidade de Campina Grande - PB, uma vez que a língua é falada para constituir as relações sociais. Desta maneira, é utilizada por essa população para delimitar e “controlar” seus territórios, porém uma vez que possuem, os quais se combinam e considera como própria e, que dificultam o entendimento das pessoas que não se encontram nestes contextos. Tem-se assim, um grupo dominante que irá impor sua linguagem aos demais, e assim, dominá-los.

Segundo essa maneira de ver, pode-se comparar à combinação dos relatos cotidianos com a maneira como são. Em particular, tomando-se a rua continuidade de suas moradias.

Ferreira (2001), ao descrever enfatiza a rua como: “[...] palco que dá consistência à trajetória diferenciada destes meninos” (p.29), ou ainda pode surgir como o palco, onde se dão as relações sociais, como podemos perceber nesta afirmação de Cheniaux (1982):

A **RUA** é o palco onde se estabelecem as relações: trabalho X vida e luta X sobrevivência. É na rua que o menino encontra os seus companheiros, onde vive e onde também concilia lazer com trabalho. Este espaço da **RUA** duramente conquistado constitui o seu mundo e a sua maior lição de vida. É a única escola que freqüenta sem se evadir (p.32).

Diante deste ponto de vista, num exame das práticas do dia-a-dia que articulam essa experiência, o espaço (o território) passa a ser percebido pela sociedade como algo natural, como se a rua fosse realmente a casa dessa população infanto-juvenil, pois para a sociedade é, mas fácil enxergar a rua como extensão de suas moradias, que tentar resolver estas questões. Uma vez que, a sociedade passa a enxergar a presença destas crianças e adolescentes nos semáforos de forma banalizada.

Objetivamente para essa população a rua não pertence a ele, a responsabilidade da rua não é dele, e sim dos governantes, e esquecem que, casa e rua, são duas realidades totalmente diferentes, como podemos perceber: “Rua: Via pública para circulação urbana, total ou parcial ladeada de casas ”e,” casa: lar, família; conjunto dos bens/ou negócios domésticos”, ou seja, rua e casa são ambíguos, na gramática social brasileira, então, são dois termos totalmente diferenciados, porque a sociedade, insiste em tratar como natural, os moradores de rua, no caso: crianças e adolescentes.

Seria errôneo atribuir este fato apenas a uma causa específica, mas, um dos fatores que contribuem para este descaso com essa população infanto-juvenil, é a individualidade onde as pessoas não demonstram preocupações com o outro. Seguindo esse pensamento, Bauman (2005), enfatiza que, este fato a cada dia cresce mais, devido à rapidez com que ocorrem, e identifica este processo à “modernidade líquida” que se apresenta como “uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugio e de sua remoção”.

Ferreira (2001), a população infanto-juvenil que se encontram nos semáforos da cidade de Campina Grande - PB, não são moradores de rua, mas, “irresidentes”, elas não podem ver a rua como suas casas, estando ali só por algum tempo.

Portanto, fica claro que os fatores que levam esses meninos e meninas para as ruas, não estão só relacionados às condições sociais, de serem pobres ou miseráveis, uma vez que este contribua bastante. Mas, um dos elementos que levam essas crianças e adolescentes para rua, é o fascínio de liberdade, que este desperta, uma vez que a rua é vista sem limites, sem “ordens” (quando inseridos em grupos na rua, eles colocam suas ordens, suas regras), e

também devido alguns problemas familiares como, agressão, desprezo, dentre tantos outros. Existindo também outro fator, que é o consumo de drogas, hoje é tão presente no contexto familiar.

Vivendo em uma “liberdade vigiada”, onde estas acreditam poder tudo, esquecem os olhos indiferentes dos observadores, que se apresentam na forma das pessoas que circulam naquelas áreas, da polícia, enfim; as crianças e os adolescentes que “optam” pelas ruas, abrem as portas para uma vivência traumática, ainda coloca Ferreira (2001):

Estar no ‘olho da rua’ é deixar-se expor, sem limites; o que traz um excesso que irrompe sem que algo possa contê-lo, barrá-lo. Uma circularidade pulsional de difícil ruptura. Olhar, ser olhado, fazer-se olhar [...] (p.33).

Então, a partir do momento que estes indivíduos passam a morar nas ruas, tudo é vivido de forma “livre”, e em constante exposição, como, a higiene pessoal, utilizando os espaços públicos, como chafarizes, lagos; a alimentação, o dormir, a vida sexual. Esta população passa a identificar a rua, como já precedentemente descrito, como a extensão das suas moradias. Vendo os semáforos como o local de seu trabalho, e as praças, e imóveis abandonados, como suas residências, chegando alguns destes, a construir suas próprias famílias nestes espaços.

### 3.2 MENINOS DE RUA OU MENINOS NA RUA?

No decorrer dos anos surgem novas concepções onde e como está instalada essa população infanto-juvenil. Mas, questionando como se encontram nas ruas, especificamente nos semáforos de Campina Grande – PB. Uma vez que, podemos encontrá-las em quase todos os lugares da cidade, como por exemplo, nos semáforos realizando atividades como: limpar pára-brisas de carros, vendendo balas ou doces, fazendo mala bares, ou então, como pedintes e, realizando outros tipos de trabalhos, como “catando” papelão, carroceiro, entre outros. Ou só perambulando pelas ruas da cidade. Assim, as observações permitem identificar e classificá-los se são meninos DE rua ou meninos NA rua? A análise foi realizada a partir dessas pessoas que se encontram nos semáforos da cidade de Campina Grande.

As relações que esses indivíduos tecem com o seu meio e os problemas que nascem de sua mobilidade dependem da realização de trabalhos, para garantir sua sobrevivência, aí imprimindo suas características, como “menores trabalhadores”, ou meninos NA rua. Eles se

diferenciam dos demais, pela sua forma de organização e suas relações sociais. Estes vêm a rua como um espaço para realizar seu trabalho, e manter (muitas vezes) suas famílias, permanecendo na área onde se realiza o trabalho até o momento em que consegue o seu objetivo, no caso, até o momento em que conseguir ganhar o seu dinheiro. Já os menores que são DE rua, fazem desses espaços (ruas, praças, viadutos, dentre outros) suas moradias, abandonando de vez o seu lar, só voltando em momentos raros, ou quando se sentem ameaçados.

Noutras palavras, Ferreira (2001) focaliza há história de organização dessa população, que fazem dos semáforos seu local de trabalho. Sob este aspecto, argumenta:

A organização dessas crianças e adolescentes difere claramente da dos meninos DE rua. Estabelecem entre si os limites territoriais onde cada um 'tem seu ponto' de trabalho [...] nesses territórios as regras são claras e a organização do trabalho, explícita (p.40).

Desse modo, o autor ao expor sua concepção de idéias sobre essas relações a estabelecer limites, a fim de impor regras claras, que têm como intuito garantir a boa convivência entre eles, apesar de ambos viverem nas “ruas”, na qual se dividem em grupos ficando cada um desses em um semáforo e, mesmo que este não esteja dando “lucro”, não pode “invadir” o território (o semáforo) do outro.

No que, se refere ao meio vivenciado as crianças e os adolescentes muitas vezes, sem que se tome consciência do seu papel, suas posturas regulamentam seus hábitos e condutas. Apresentam características diferentemente dos meninos DE rua, especialmente as que atuam nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB, não vivem em grupos, nem dormem nas ruas, e não costumam realizar sua higiene pessoal nos chafariz, ou praças, como fazem os meninos e as meninas DE rua. Outro fator importante se dá pelo fato, de nos referirmos a essas crianças DE rua, como algo normal, como fossem, “‘menino de fulano’, ou ‘menino de Cicrano’”, mostrando assim o descaso da população para tão situação.

### 3.3 ESTRUTURA FAMILIAR E SUA FALÊNCIA

Mais uma vez, é importante destacar os vários questionamentos a respeito dos reais motivos que uma criança ou que um adolescente tem para deixar sua casa e ir morar nas ruas. Despertando-nos a pensar a seguinte questão: o que leva realmente essas

crianças/adolescentes a deixar seus laços familiares, suas relações sociais para embarcar nesta aventura perigosa? Rotineiramente liga-se esse fato a questão família, ou melhor, a falta da base, de organização familiar. Visto que, a sociedade passa por uma ‘crise de valores’, onde a família se encontra como uma organização desestruturada, devido a não possuir mais, “[...] o modelo da família nuclear completa, tida como ideal” (FERREIRA, 2001, p. 58).

Percebemos assim, uma problemática envolta na mudança dos hábitos e costumes, numa tentativa de construir um caráter social para família. Mas, será que essas crianças e adolescentes procuram a rua devido à falta dessa família tida como ideal? Acreditasse que este fato venha ocorrendo não só pela falta dessa base familiar, mas, pelo que este vai ocasionar. Dessa maneira, surgindo como consequência às relações com as drogas, as agressões por parte de parentes, enfim, respostas que estão relacionadas, de forma direta ou indireta, com a família.

Como já precedentemente descritas, as famílias dos dias de hoje, são identificadas como “incompletas”, ou seja, possui a ausência de algum parente, que são substituídos, por madrastas, padrastos, ocasionando assim, quando não são bem recebidos, problemas (desestruturação) familiares. No entanto seria errôneo, e até de um idealismo ingênuo, direcionar como culpada de todas essas desigualdades a família.

Mas, esta se apresenta como um dos fatores principais. Pois, na maioria das famílias, destes cidadãos que se encontram nas ruas e, em especial, nos semáforos nos moldes urbanos da cidade de Campina Grande. No entanto, possuem a mãe como a “chefe da casa”, qualificando-a a figura materna como centro da família, mais presente que o pai e, na maioria das vezes desempregados, e se encontra no vício, ou até mesmo cumprindo pena de prisão. Essas crianças filhos de mãe solteira não conhecem os próprios pais, aumentando a responsabilidade deles em sustentar e manter suas famílias.

Diante dessa situação, de ter a mãe como a “chefe da casa” não quer dizer que estas sejam culpadas de tais situações deploráveis. Observa-se em alguns casos, que muitas famílias hoje se constituem “só” da figura materna, mas, faz com que aumente a responsabilidade destas, pois, vão criar, sustentar e educar, sozinhas esses meninos e meninas. A estrutura familiar exposta, é a realidade da maioria das crianças e dos adolescentes que se encontram nos semáforos, discorrerei adiante a problemática. Ferreira (2001, p.60), explica:

O primeiro grande trabalho do humano, ao nascer, é encontrar significantes para encarnar-se na ordem simbólica, na subjetividade [...] é preciso que haja uma oferta de significantes aos recém-nascidos. Dessa oferta, ele tomará um ou outro significante, imprevisivelmente em uma família.

Contudo, quanto a esses menores que nascem nessas famílias desestruturadas perdem referência de “vida”, pois, não terão exemplos de “boa conduta” para se espelharem.

Surgindo assim um novo questionamento, pois, como é possível que uma criança ou um adolescente que tem uma estrutura familiar baseada nas seguintes características: a mãe viciada e presa, um pai desconhecido, e que mora com a avó e com primos e que este também se vê nos mundos das drogas, como sair deste contexto? Este caso relatado é a realidade de um dos menores entrevistados que vive realizando trabalho nos semáforos de Campina Grande – PB, sua identidade será preservada, e será identificado, como jovem, I.S.M., mostrou um terço que levava pendurado no pescoço e falou a seguinte frase: “Isso foi mãe que deu na cadeia, pra eu não fazer nada de errado, não roubar”.

Então tal descrição dita, entre mãe e filho, pode ser observada que além de uma falta de referência de vida, já mencionada anteriormente, fica claro também a esses meninos a falta de encaminhamento a vida, pois se estes crescem em um meio onde não encontram apoio pra mudar sua história, como modificá-la (a partir da vinculação entre a realidade e a prática, sem determinismo)? Restando a essas crianças e adolescentes acompanhar e de certa forma se espelhar nessas pessoas que são próximas a elas, mesmo que não seja um exemplo de boa conduta.

Nesse percurso, além de todos esses problemas, entre a realidade afetiva e a “ausência da família”, ainda são excluídas pela sociedade, por uma “globalização de produção”. Como identifica Bauman (2005, p.47):

[...] lixo humano, ou, para ser mais preciso, ‘pessoas rejeitadas’ – pessoas não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e, portanto de acomodação impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista.

É interessante observar que mesmo diante do emaranhado de interpretações (excluídas, rejeitadas, abandonadas, eliminadas) de uma sociedade especialmente frente à complexidade dos processos de globalização–fragmentação em curso. Não realizam, e nem se quer percebem as condições miseráveis de vida dessa população, uma vez que, nem o governo dá a devida atenção a estes, onde deveria ao menos garantir a esses menores as necessidades básicas de sobrevivência.

### 3.4 ECA, CONSELHO TUTELAR, RUANDA

Para a socialização no Brasil, foi dado um grande passo, que foi datado, mas especificamente, no dia 13 de julho de 1990, quando foi sancionado pelo Presidente da República, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornando-se a lei 8.069, que em seu primeiro artigo já coloca, “Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Sobre tal assunto trata o artigo, levando o Governo à responsabilidade de cuidar e de proteger, garantindo-o a estes direitos sociais.

Nesse sentido, o “ECA”, passou a ser uma lei, na qual teve a representação de uma coletividade da sociedade. Com o intuito de gerir leis que assegurassem o bem estar dessa população infanto-juvenil. Como se pode perceber nesta afirmação:

[...] é, portanto, um instrumento importante nas mãos do Estado Brasileiro (sociedade e poder público) para transformar a realidade da infância e juventude historicamente vítimas do abandono e da exploração econômica e social.

O Estatuto da Criança e do adolescente é uma Lei relativamente nova, na qual busca garantir a essa população infanto-juvenil uma melhor qualidade de vida, e menos explorações. Essa forma de assegurar a integridade das crianças e dos adolescentes se apresenta através dos artigos propostos pelo Estatuto, como podemos perceber especificamente no Artigo 5º retirado do ECA:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão**, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Ou seja, como já foi mencionado anteriormente o ECA fornece as Leis para que, junto as instituições sociais garantam a estes os seus direitos sociais. Este ainda identifica como criança os que têm até 12 anos incompletos e como adolescentes os que se encontram entre as faixas etárias de 12 a 18 anos. O Estatuto trabalha não só garantindo condições para que estas crianças e adolescentes possam viver de forma “digna”, sem explorações, sem negligências, mas, trata também dessas populações infanto-juvenil que cometeram algum tipo de infração. A estas crianças e adolescentes a lei não os trata como criminosos, ou seja, não trata os delitos cometidos como crimes, mas, como ato infracional. A punição é garantida pelo o Estatuto, no qual este exige que estes meninos e meninas sejam tratados dignamente, sendo o “castigo” aliado de aprendizado e lazer. Diferentemente do termo usado para os adultos que comente qualquer tipo de crime, o termo aplicado a estas crianças e adolescentes modifica, não

podendo ser classificados como “pena”, mas, como “medida – sócio – educativa”, e estes não podem ser identificados como presos ou detentos, mas sim, de internos.

O Estatuto prevê ainda a criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais, para que, possam garantir de uma forma mais completa, a estas crianças e adolescentes, melhores condições de vida e segurança. Neste caso, é importante enfatizar, o reconhecimento da condição para que, não sejam vítimas de exploração, tanto social quanto econômica. A implantação de conselho só existia, em algumas instituições, nas grandes capitais, ou centros. Mas, depois de alguns anos é que, a lei foi sancionada. Justificando um recorte temporal de três anos atrás, modificando esta estatística. Ocorre que, atualmente podemos encontrar estes conselhos nas mais variadas cidades, no qual este é composto de cinco membros escolhidos pela sociedade local.

O Conselho Tutelar tem como objetivo, fazer valer, na prática, os princípios estabelecidos pelo ECA, zelando pelo seu cumprimento. Trabalha, no caso específico dos semáforos, retirando ou pelo menos tentando, retirar essa população infanto-juvenil destes locais identificados como “áreas de risco”. O Conselho Tutelar na cidade de Campina Grande – PB possui a ajuda do programa Ruanda, no qual serão feitas algumas notificações sobre este, mas adiante.

Assim, o Conselho Tutelar com intuito de preservar a integridade física e moral desta população infanto-juvenil tem por obrigação retirar-las desses locais, independentemente da atividade que este esteja desenvolvendo, ou seja, não importa se estes estão na forma de “menores trabalhadores”, limpando pára-brisas de automóveis ou fazendo malabarismo, por exemplo, ou se estes se encontram somente na forma de pedintes.

Desta maneira, o Conselho Tutelar começa a ser visto por essas crianças e adolescentes que se encontram nos semáforos, como uma instituição que ameaça sua sobrevivência, pois, se eles não podem trabalhar, nem pedir, como vão se manter? Como vão manter suas famílias (este questionamento refere-se aos próprios pais que incentivam e muitas vezes obrigam estas crianças e adolescentes frequentarem estes ambientes explorando-os)? No caso específico de alguns, como vão manter seus vícios? Ou seja, para essa população infanto-juvenil qualquer atitude que “ameace” a saída destes dos semáforos é vista de uma forma negativa.

E através da pesquisa realizada “in loco”, percebe-se de forma clara o receio destes para o Conselho Tutelar, principalmente em duas ocasiões. O primeiro momento se dá quando a pesquisadora se insere no Programa Ruanda onde este trabalha junto ao Conselho Tutelar, pois, como esta não usa o fardamento da instituição, logo é identificada como um não

membro do Programa Ruanda, mas, como uma possível integrante do Conselho Tutelar. Estas crianças e adolescentes questionava sobre as respectivas anotações feitas pela observadora, com o intuito de descobrir seus nomes, nas respectivas anotações, pois eles temiam que fossem parar no Conselho. O segundo momento fica evidente este receio dos “meninos” com o Conselho, quando a mesma esta realizando uma entrevista com o jovem B, e ele observa o carro do Conselho Tutelar que passa naquela localidade. Logo em seguida o jovem B enfatiza: “Eles vem pra cá! Eles vem pra cá?”

“Eles” no qual o jovem B se refere é o Conselho Tutelar, mostrando-se apreensivo. E como o jovem B se encontrava sentado, levantou-se rapidamente quando viu o carro da instituição e foi embora. (figura 1)



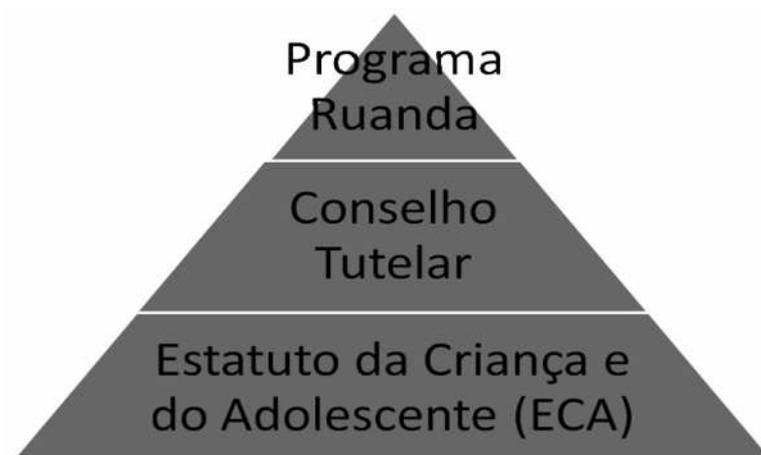
**FIGURA 1** – Entrevista realizada nas proximidades dos semáforos em estudo.  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.

Vale ressaltar também que, nos semáforos onde foi realizada a pesquisa, pode-se observar que, nos finais de semana, aumentam a concentração de crianças e adolescentes. Isto não ocorre em relação aos “menores trabalhadores”, mas, de crianças/adolescentes na forma de pedinte. Geralmente são crianças em uma faixa etária de 3 a 7 anos. Estes menores são “carregados” pelas mães nos braços, e não se restringem somente a meninos, nesta situação, especificamente encontra-se também a presença de meninas. Um dos motivos para que exista este aumento nos finais de semana, ocorre devido a não presença/funcionamento de Instituições como o Programa Ruanda ou o Conselho Tutelar (figura 2).



**FIGURA 2** – Crianças pedintes.  
Fonte: Internet, 2010

Desta maneira pode-se perceber uma hierarquia (referindo-se a uma organização que possuem diferentes graus de poder) destas instituições que tem como objetivo garantir uma vida social a estas crianças/adolescentes. Assim, esta hierarquia apresenta-se de uma forma piramidal, e trabalha de maneira associativa, uma dando apoio a outra. Contudo, constitui-se a seguinte forma. Na base se apresenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que através das leis garantem a essa população infanto-juvenil uma proteção integral; no meio encontra-se o Conselho Tutelar que apresenta como objetivo estabelecer o cumprimento das leis fornecidas pelo ECA; e por fim, encontra-se o Programa Ruanda, que trabalha de uma forma conjunta com o Conselho Tutelar, no qual serão expostos adiante algumas especificidades desta instituição. (figura 3)



**FIGURA 3** – Estrutura piramidal  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.

O Programa Ruanda existe de uma iniciativa por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB, no qual esta visa afastar crianças e adolescentes dos riscos oferecidos pelas ruas, propiciando alternativas para que elas possam preencher o tempo com atividades de cultura e lazer oferecendo oficinas pedagógicas e esportivas, que são realizadas nas praças. Além de outras atividades, que se apresenta no site do Programa:

Palestras educativas, atividades lúdico-culturais e desportivas, oficinas temáticas de teatro, dança e capoeira, além de encaminhamento para outros programas coordenados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a exemplo do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Agente Jovem, Casa da Esperança, dentre outros. (Prefeitura de Campina Grande, 2011).

O objetivo do programa é o encaminhamento e reintegração das crianças às suas famílias e a Programas da Secretaria Municipal de Assistência social. Mostrando-se essas ações ainda de forma muito incipientes e pouco contundentes, tendo em vista a complexidade do problema, uma vez que não basta apenas tirar das ruas, e sim reintegrá-las na sociedade, exercitando suas vivências de cidadãos.

O Programa Ruanda possui como delimitação de trabalho as áreas, que são por estes identificados como: Área I, área II, e a área III, no qual estas abrangem as seguintes áreas; do Açude Novo, Integração e o Teatro Municipal; a segunda o centro da cidade de Campina; e por último a Av. Canal (como é popularmente conhecida), o ISEA, e a CAVESA. A pesquisa, como já foi precedentemente descrita, se delimitou a área III, no qual acompanhamos por um período, que teve em média sete meses, de presença aos semáforos da Cidade de Campina Grande – PB.

O trabalho dos agentes que compõem o referido Programa se constitui da ida aos semáforos, com intuito de retirar/encaminhar estas crianças e adolescentes para outras atividades. Como os agentes executam a ação de retirá-los dos semáforos observados/estudados? No primeiro momento chegam às áreas e identificam, quantos e quais são as crianças e os adolescentes que se encontram no local, isso, é possível (esta identificação) devido a estes permanecerem diariamente nas mesmas áreas. O segundo se constitui de uma conversa, no qual, tem como objetivo fazer com que essa população abandone essas “áreas de risco” para se integrarem e realizarem oficinas, conforme projetos (pinturas, desenhos), que no fim do dia serão anexados aos relatórios. Nem sempre, o Programa consegue retirar-los desses lugares, pois, “dizem” que necessitam do dinheiro para sustentarem suas famílias, e quando conseguem (retirar), ficam fora dos semáforos por algum momento. Em seguida, logo, retornam as mesmas atividades, geralmente, até os educadores do Programa saírem do local.

O programa é composto por profissionais das seguintes áreas: de pedagogia, de psicologia, e de serviço social, além de integrantes que possuem o ensino médio. Estes são divididos por grupos, onde cada um atua por um determinado período (geralmente um mês) em uma área, em que cada grupo, haverá um profissional de cada área. Estes grupos ao fim do trabalho, diariamente, entregam um relatório, em que consta a presença ou não de crianças e adolescentes naquelas localidades.

### III PARTE

## 4 TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: A VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS SEMÁFOROS DE CAMPINA GRANDE - PB

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NOS SEMÁFOROS DE CAMPINA GRANDE - PB

De acordo com as observações “*in loco*” e as entrevistas realizadas, pôde-se acompanhar, por um período, a vida dessas crianças e adolescentes nos semáforos de Campina Grande. A pesquisa se delimitou as confluências das seguintes ruas e avenidas: João Florentino de Carvalho (conhecida como avenida canal) com a Santo Antonio, João da Mata e Vila Nova da Rainha; Dr. Severino Cruz com a Miguel Couto; e a Av. Prof. Almeida Barreto (Ver figuras 4, 5, 6, 7, e 8).



**FIGURA 4** – Mapa de Campina Grande  
Fonte: Google Earth, 2010.



**FIGURA 5** – Confluência da Avenida Canal com a Santo Antônio  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.



**FIGURA 6** – Confluência da Avenida Canal com a Rua João da Mata  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.



**FIGURA 7** – Confluência das ruas, Dr. Severino Cruz com a Miguel Couto; e a Av. Prof. Almeida Barreto.

Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.



**FIGURA 8** – Confluência das ruas, Dr. Severino Cruz com a Miguel Couto; e a Av. Prof. Almeida Barreto.

Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.

Nesta perspectiva, e através do Programa Ruanda da Prefeitura de Campina Grande, pode-se ter uma “noção”, do início desses tipos de trabalhos de limpadores de pára-brisas de carros e malabaristas, realizados por essas crianças e adolescentes, imbricados nos moldes de viver. A presença nos semáforos não é recente, mas, a princípio andavam sem destino como pedinte, com o intuito de conseguir dinheiro. Quando há aproximadamente quatro anos, se percebe mudanças nas práticas costumeiras. Começam pela forma de limpadores de pára-brisas de carros, ou seja, com novos modos como trabalhadores infanto-juvenis e, torna-se habitual na cidade de Campina, sendo característico também nos grandes centros urbanos brasileiro.

Segundo informações do programa Ruanda, essas atividades (limpadores de pára-brisas de carros) foi trazida por dois jovens, menores (sexo masculino), que as tinham como práticas, na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, para os limpadores, será utilizada as iniciais dos nomes, jovem R e jovem S, notadamente passando essas experiências as crianças e adolescentes de Campina. Ambos, usuários de drogas, trabalhavam nos semáforos para manter o próprio vício, algum tempo depois, o jovem R é assassinado nas mediações do semáforo, local onde “marcava ponto”.

Já a presença do malabarismo nos semáforos de Campina Grande é perceptível, porém, há quatro anos, os responsáveis por introduzirem estas atividades, foi também dois jovens adolescentes, ambos do sexo masculino, com costumes em drogas, que vieram da cidade de Maceió. No entanto, jovem M e jovem V, com conhecimento em malabarismo ensinaram as crianças e os adolescentes realizarem, uma nova experiência a tomar molde na cidade. Assim, despertando o interesse não só das crianças e dos adolescentes que se encontravam nos semáforos, mais também atraindo mais trabalhadores infanto-juvenis.

Pode-se perceber ao longo do estudo/pesquisa “in loco” que em alguns semáforos encontram-se famílias completas, com filhos que praticamente nasceram nos semáforos, conforme testemunhos. Podendo então, identificar algumas características (físicas) presentes nas crianças e nos adolescentes que frequentam os semáforos. São quase todos de uma mesma família, ou seja, é comum achar entre os meninos laços de parentesco um com os outros, além de irmãos, é normal também a presença de primos. Nesse tempo espacializado, essas pessoas inicialmente eram pedintes, e que a partir da chegada dessa nova forma de ganhar dinheiro, passaram a ser limpadores de pára-brisas, e fazer malabarismo.

Portanto, observa-se, a princípio que não se encontra nesses locais a população infanto-juvenis do sexo feminino (já citado anterior), se fazem ausente, 100%. Assim, deve-se enfatizar que nesse quadro, de “situações de risco” se encontra a população do sexo

masculino. Tais abordagens, de fato, podem constatar a existência de várias meninas que vivem nas ruas e, realizam a dita ação (o sexo) que se vê materializada, na prostituição, por exemplo.

Contudo, um fator que fica claro e faz parte da realidade observada é quando chove e os meninos escondem o material de trabalho (os rodos, e os paus do malabarismo) e depois de guardarem em lugar seguro, retornam ao dilema do dia-a-dia e habitual, como pedintes, sem camisa e descalços. Mas uma maneira de sensibilizar as pessoas que passam naquelas áreas e, dessa forma, conseguir mais dinheiro, nestes períodos aumentam a população de crianças e de adolescentes nos semáforos.

Outra informação/observada refere-se à construção do viaduto de Campina Grande. Nesse ponto, uns dos semáforos estudados se localizam próximos e faz confluência com a Avenida Canal e com a Santo Antonio. Logo após a sua inauguração, em 2007, notou-se uma concentração expressiva de crianças e de adolescentes, mais depois de alguns meses já não se faz mais presente, neste local. Atualmente é o semáforo menos “habitado” pelas crianças e adolescentes (figura 9).



**FIGURA 9** – Semáforo localizado próximo ao viaduto  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.

Segundo informações concedidas pelo Programa Ruanda, pode-se concluir que as mulheres, que circulam por estas áreas, por se sentirem mais intimidadas por estas crianças e adolescentes, são as que mais contribuem (dando dinheiro) para o trabalho desta população infanto-juvenil que se encontram nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB.

Dentre essas representações em exposição é importante também destacar que a maioria dessas crianças e adolescentes que se encontram nos semáforos, onde a pesquisa/investigatória se concentrou são moradores dos bairros vizinhos. Isto ocorre devido a um fator fundamental, a facilidade de *ida e vinda*, a esses territórios (semáforos). Dos traçados limites, no entanto, procedentes principalmente do José Pinheiro e da Estação Velha. (Imagens 10 e 11).



**FIGURA 10** – Acesso ao bairro José Pinheiro  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.



**FIGURA 11** – Acesso ao bairro Estação Velha  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.

Apresentam problemas que são característicos dos grandes centros, por exemplo: “a pobreza, a segregação residencial”. Com as devidas reservas, convém lembrar, que esses

bairros foram construídos e cresceram de forma desorganizada, sem nenhuma infra-estrutura e, são de representações consideradas pobres. Souza (2008, p.67) destaca as diferenças econômicas, sobre o espaço, como podemos perceber:

Diferenças econômicas, de poder, de status, etc., entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver.

Afastando desta maneira a população menos favorecida do centro, colocando-as em favelas, cortiços, enfim, sem oferecer a esta população infra-estrutura adequada.

Outro fator interessante é que, a maioria das crianças e dos adolescentes que se encontram nos semáforos onde se realizou a pesquisa são presente também a estes meninos as drogas, a maioria destes são usuários de drogas, seria errôneo generalizar, mas, as drogas no contexto dos semáforos é algo bastante presente, sendo um dos motivos para estes não deixarem essas “áreas de risco”, pois necessitam sustentar o vício.

Dentre tantos casos observados, um chama a atenção, pois, identificado como jovem F, que passa o dia inteiro no semáforo, limpando pára-brisas, só não se perceber a presença de F quando este consegue o dinheiro suficiente para conseguir comprar drogas. F é usuário de crack<sup>1</sup>, e segundo ele (em conversas): “Uma peda custa cinco reais, e fumo seis peda até nove peda de crack num dia” (11/2009). Permanecendo no semáforo até conseguir o valor exato da compra, e quando consegue sai imediatamente para comprar e consumir a droga, voltando depois de certo tempo, ao local, para dar continuidade a sua atividade.

No período que se inicia as tradicionais festividades juninas, na cidade, os horários das ações dessas crianças e adolescentes nos semáforos se modificam, não o de todos, mais de uma boa parcela. Por dois motivos em especial, o que, segundo eles: o primeiro se dá pelo fato de aumentar o movimento de turistas na cidade, que veem prestigiar o evento, e são mais “solidários” com eles, assim aumentando o “lucro”.

Já o segundo motivo é por frequentarem também as noites de festas no Parque do Povo. Desta maneira, há um crescente número de crianças e adolescentes nos semáforos, permanecendo por mais tempo, chegando uns a passar a noite. Então, percebe-se nestas situações nas declarações, sobre o destino dado ao dinheiro conseguido nestes territórios, e

---

<sup>1</sup> **Crack** é uma droga, geralmente fumada, feita a partir da mistura de pasta de cocaína com bicarbonato de sódio. É uma forma impura de cocaína e não um sub-produto. O nome deriva do verbo "to crack", que, em inglês, significa quebrar, devido aos pequenos estalidos produzidos pelos cristais (as pedras) ao serem queimados, como se quebrassem.

que também passava a noite fora de casa, quando afirma o jovem B: “Eu pago, eu pago. a roupa que visto. No São João, só volto no outro dia” (11/2009).

Não iremos ver essas causas de modificações nos semáforos em dias comuns. Mas, fica evidente nas palavras do entrevistado alguns dos motivos que ocasiona estas modificações, no momento das festividades juninas, na cidade de Campina Grande.

## 4.2 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Produzindo relações que são mediadas pelo *poder*, as crianças e os adolescentes que se encontram nestas “áreas de risco”, de forma consciente ou inconscientemente produzem estas relações que tem como fundamento o poder. Poder que pode ser definido como descreve Santos (2008, p.295) citando Taylor e Thrift (s.d) como sendo: “O poder pode ser definido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhe são necessários. Mas que também são necessários a outras organizações”.

Assim, fica claro que toda relação é mediada pelo poder, seja ele perceptível ou não, o poder, nasce e se estabelecem na parte endógena das relações sociais, portanto, segundo Souza (2009, p.66): “[...] o poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão social disso [...]”. As crianças e os adolescentes dos semáforos, de forma natural produzem estas relações de poder, ficando claro em algumas situações do dia-a-dia.

Ainda Souza (1995, p.78) diz: “[...] se todo território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Acrescentando, ainda que: “[...] o que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder*” (SOUZA, 2009, p.59). No entanto, fica evidente que, essas crianças e adolescentes constroem num dado espaço, ou melhor, e com o poder, seus próprios territórios.

Segundo Santos (2005, p.138): “[...] o território são formas, mais o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, e acrescenta:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 2007, p.13)

Cabe ressaltar que, essas ações são cristalizadas/praticadas, nos semáforos da cidade por essas crianças e adolescentes nesses “locais de risco”. Isto significa, na realidade, que essa

população, no cotidiano cria seus territórios e adquire poder, vivem e convivem e, que edificam todas essas práticas e suas relações sociais, no lugar, onde constroem suas histórias. Desse modo, delimitam suas áreas de atuação, e nelas, a partir de alguns significados, produzidos por eles, passam a ter poder em relação aos demais. Raffestin (1993) explicita bem esta noção de limite:

Falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (p.153).

Considerando o contexto, isso ocorre nos territórios delimitados, por essa população infanto-juvenil. Ainda, situa o autor: “[...] isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área específica [...]” (p.153), vivenciado (a) por pessoas simples (pobres) suburbana, imbricada nos limites de suas áreas de atuação.

De certa forma, cristalizam os limites, no qual vão carregar consigo uma “carga” de idéias, justificando as territorialidades construídas por essa população, a partir das relações mediadas pelo poder. Pelas observações realizadas, fica claro que, mesmo quase todos se conhecendo, um não pode invadir o território do outro, ou melhor, um não pode invadir o espaço dos demais. Nota-se que cada um possui um “ponto específico”, fazendo-se presente cotidianamente e mesmo que não estejam dando “lucro”, eles tem que permanecer em seus pontos.

Um caso bem claro destas atuações nos semáforos observados, é a do jovem F, que passa o dia-a-dia e algumas vezes uma boa parte da noite, (de segunda à segunda), onde trabalha como limpador de pára-brisa e não muda de semáforo. E, não permite invasão por outros, em “seu” ponto, ou seja, em seu território (Figura 12).



**FIGURA 12** – Menor F. realizando seu trabalho.  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2010.

Mas, como território se caracteriza por relações de poder, fica evidente (um exemplo específico que retrata bem estas relações de poder), as relações de um poder visível que o jovem S (citado anteriormente) possui em relação ao jovem F, no semáforo. Por dois motivos, primeiro pelo fato deste ser o “pioneiro” desta atividade e, o segundo por ser mais velho.

No entanto, o fato ocorreu num dia de semana à tarde. Quando o jovem F, que se encontra diariamente no mesmo ponto, teve que sair a procurar outra “área de trabalho”, pois, o jovem S não frequenta mais esses lugares com tanta regularidade, adentrou no “seu”, sem questionamentos e nem tampouco discussões, o jovem F imediatamente pegou seu material de trabalho e foi para outro local, voltando quando o jovem S saiu. Podemos perceber, então, a partir dessas diversas considerações, relações bastante claras que acolhe a diferença de hierarquia imposta.

Esses “jovens trabalhadores”, onde, cada um ou mais de um (um grupo de origens na maioria dos casos, de uma mesma família, por exemplo), se localiza num determinado semáforo, onde serão responsáveis pela construção de pontos, malhas, nós, redes, enfim, como define Raffestin (1993, p.150): “Os indivíduos ou grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados”.

Dessa maneira, essa população localizada e, distribuídas nos semáforos de Campina Grande, estão desenvolvendo sistemas (de malhas, nós e redes), que constitui de certa forma territórios. Pois, se o termo território é definido a partir de um elemento, que se tornou fundamental para conceituar, o *poder*, a rede é considerada por alguns cientistas sociais como sendo a sua imagem, como podemos perceber a situar, Raffestin (ano), na sua perspectiva: “[...] toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do *poder* do ou dos atores dominantes [...]” (p.157), ainda acrescenta que; “[...] as redes são não somente a exibição do poder, mas são ainda feitas à imagem do poder” (p.209). Esses pontos são construídos a certa distância um dos outros.



**FIGURA 13** – Menores trabalhando.  
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2011.

Estas distâncias podem ser referentes á uma interação política, econômica, social ou cultural, que provém de indivíduos ou grupos. No caso dessas pessoas que habita a escala espaço-temporal, nos semáforos de Campina, que constitui pontos e, que irão formar grupos, que se associam por necessidades. Saquet (2009), na sua concepção, explicita que, são três os elementos principais que diferencia território de espaço:

Relações de poder, as redes e as identidades; processos espaço - temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede, ou área - rede - lugar. Ou, dito de outra maneira, através de manchas e retículos. A formação do território envolve sempre as formas areais (ou manchas) e reticulares (p.81).

Na realidade, o território é produto das relações sociais que ocorrem em momentos distintos e, em lugares específicos. Os pontos, os nós, as redes, criam o território. Dessa forma, a população ligada aos semáforos da cidade de Campina Grande-PB, não são diferentes também criam pontos que originam as redes, os territórios. Para Souza (1995), a temática do referido trabalho, a efeito de representações gráficas, os indivíduos que se encontram nos semáforos seria um conjunto de pontos - nós – no qual são conectados por fração, constituindo os arcos, que “correspondem aos fluxos, que interligam, ‘costuram’ os nós”, estes fluxos são compostos ou, criados por fluxos de bens, pessoas ou informações.

Mas, seria esta população que se instala nos semáforos, criadores de “territorialidades flexíveis” (SOUZA, 1995), ou de “microterritorialidades” (HEIDRICH, 2009)? Portanto, a territorialidade se caracteriza como sendo uma interação entre o homem e o espaço, podendo ser caracterizada como aspectos culturais de um determinado grupo, para controlar uma determinada área, sendo assim, um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas. Seria esta definida como o comportamento espaço-territorial de um grupo social.

Souza, ainda, debruça-se sobre alguns exemplos de territórios flexíveis, segundo ele, é comum nos grandes centros modernos, nas metrópoles nesse contexto, na realidade, apresenta-se com toda sua complexidade. Entre alguns destes encontra-se, o da prostituição feminina e masculina da cidade do Rio de Janeiro. O autor define como sendo “territórios flexíveis”, aqueles tomados por indivíduos ou grupos, em determinados períodos do dia. Esses grupos/indivíduos habitam um determinado espaço, no qual, estes possuem outras funcionalidades durante o dia. O autor também enfatiza as abordagens funcionalistas, a dimensão específica do vivido, por exemplo, onde, “[...] os ‘espaços deteriorados’ são ‘apropriados’ pelo respectivo grupo apenas à noite. Durante o dia a rua é tomada por outro tipo de paisagem humana”.

No entanto, no que difere das crianças e dos adolescentes dos semáforos de Campina Grande, é que estes permanecem nos locais de trabalhos durante todo o dia, alguns entram pela noite, em momentos de festas, na cidade. Quando esses meninos estão ocupados por suas atividades, no que se refere a essa imbricação indissociável de dimensões funcionais e temporais, justificada e compartilhada, no âmbito de suas ações e que se “restringe” só as atividades do trânsito. Portanto, é diferente dos “territórios flexíveis”, porém, os territórios dos jovem/adolescentes dos semáforos, são fixos, e os limites são definidos, e bastante estáveis, o percebido é, que cada território renasce e revitalizam-se pelas realidades locais e temporais, identificam-se e constrói suas próprias identidades.

Já as microterritorialidades, segundo Heidrich (2009) comum a grandes centros, pois, expressa bem o domínio que os indivíduos têm para territorializar uma determinada área, o que para o autor significa que:

A microterritorialidade, bastante comum no espaço social das grandes cidades, é aquela que frequentemente se expressa na efemeridade, em que o domínio depende do corpo, da presença e se confunde com a ocupação. Não havendo a ocupação, a territorialidade se desfaz, porque não há uso (p.275).

Portanto, pode-se compreender, então que essa população de jovem/adolescentes dos semáforos campinense, ao ocupar estes espaços, estão criando modos que representam

microterritorialidades, entretanto, estes, só existirão a partir da presença desses indivíduos nesses locais. Ainda, de acordo com Heidrich: “A microterritorialidade é essencialmente um território que se apóia na identidade dos que dela participam, no vínculo que se estabelece entre ocupação e representação” (2009, p.276).

Ou seja, a microterritorialidade, é um fato ligado diretamente a presença do indivíduo, quando este não ocorrer, não se dará a construção das territorialidades. Contudo, a construção só existe devido à ocupação de um determinado grupo ou indivíduo. Se não há ocupação, tudo se desfaz, pois não haverá sentidos e nem marcas. Estes “menores trabalhadores” desta maneira estabelecem vínculos com aquelas áreas, pois, esses “vínculos territoriais estabelecidos são resultados de ações ou práticas sociais de condução e representação da vida”. Está integração que estas crianças e adolescentes criam com as áreas exógenas dos semáforos, e com as áreas endógenas. Isso implica, em “territorialidades autocentradas”.

Mas, “se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território” (Souza, 1995, p.97). E este espaço social se torna evidente nos semáforos, na construção do território, onde estes “menores trabalhadores”, junto com algumas crianças e adolescentes que se encontram na forma de pedintes, vão interagir, criar inter-relações.

A visão que se impõe de uma sociedade complexa, em função do lugar de cada um esvaziam-se, na produção, em nome da razão. Como solucionar estes problemas de crianças e adolescentes nos semáforos, e em especial, na cidade de Campina Grande – PB, ou melhor, como tirar esta população infanto-juvenil destas “áreas de risco”. Seria errôneo acreditar que a única solução para esta problemática seria uma sociedade autônoma, mas, esta se apresenta de forma importante, visto que uma sociedade autônoma seria aquela que consegue defender e acondicionar livremente seu território, diminuindo as profundas desigualdades sociais nesses locais.

Souza (1995) expõe a necessidade de territórios autônomos, para que possamos ter desenvolvimento, ou melhor, perceber os territórios autônomos como uma alternativa de desenvolvimento. Assim, a sociedade teria mais liberdade para decidir sobre seus problemas, suas questões, teria a oportunidade de fazer suas próprias escolhas, dessa forma diminuindo aí, as desigualdades. Souza lembra que:

Autonomia: esta palavra oriunda do grego, e que designa uma realidade político-social concretizada pela primeira vez através da pólis grega, significa, singelamente, o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias (p.105).

Acrescentando ainda que, “uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território” (p.106). Criando uma identidade cultural, e uma maneira de

diminuir as desigualdades sociais. Uma sociedade autônoma não seria uma sociedade sem poder, seria uma sociedade mais justa. Nessa perspectiva, a sociedade teria a oportunidade de opinar e decidir sobre os acontecimentos, o que não ocorre com o atual processo de governo, que centraliza o poder, no qual as decisões se dão de cima pra baixo, ou seja, uma minoria decide, pela maioria.

#### 4.3 CONSTRUINDO IDENTIDADES/COMUNIDADES

Indaga-se se esses “menores trabalhadores” (Ferreira, 2001) são formadores de uma comunidade? Ou melhor, será que essa população infanto-juvenil que vive (refiro-me a parcela desses menores que, passam o dia todo nos semáforos, retornando as suas moradias só pra dormir, transformando suas moradias em dormitórios) e trabalham nos semáforos formadores de uma comunidade? Mas, para chegar a uma conclusão precisaríamos, inicialmente definir o que é comunidade.

São vários os conceitos que poderíamos encontrar, pois, cada ciência aborda o tema de uma forma diferenciada, ou melhor, analisa o termo a partir de outros princípios. Assim, utilizaremos a definição de Baumam (2005, p.17), no qual afirma que comunidade, pode ser compreendida a partir de dois fatores: “Existem comunidade de vida e de destino, cujos membros ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outra que são ‘fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios”.

Desta maneira, as crianças e os adolescentes, seriam responsáveis por uma comunidade do primeiro tipo, que seria a comunidade de vida e destino, no qual, não utiliza de uma ideologia e nem de princípios absolutos. Esta comunidade, só é possível, porque cada um desses indivíduos possuem identidades que asseguram as idéias dentro desta.

A “comunidade dos menores nos semáforos”, como qualquer outra comunidade, não é “para vida toda”. Ela se mantém até os integrantes possuírem identidades, que busquem o mesmo objetivo. Essa “subclasse”, que aparecem “excluídos” de uma sociedade, diferentemente de uma classe social mais privilegiada não tem voz nem vez, para reivindicar e fazer respeitar sua identidade. As classes sociais são responsáveis pelas identidades dos indivíduos, como Marx citado por Baumam (2005) descreve: “classe como o principal fator determinante da identidade social (p.47)”.

A população rejeitada se torna o “lixo humano”, problema que só aumenta, com a exclusão social. E Baumam (2005, p.46) ainda acrescenta:

O significado da ‘identidade da subclasse’ é a ausência de identidade, a abolição ou negação da individualidade, do ‘rostro’ – esse objeto do dever ético e da preocupação moral. Você é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas e refutadas ... os desterritorializados num mundo de soberanias territorialmente assentado.

Assim, esses menores, que a princípio são negados as suas identidades, procurar encontrar nas ruas, e assim, se juntar com os demais, que se encontram nas mesmas mazelas e forma sua comunidade, até com o intuito de se protegerem, formando/gerando/criando uma proteção coletiva. E desta maneira, criando territórios, pois, como Medeiros (2009) discorre “o território é um espaço identidade ou um espaço de identificação”, no qual, estas crianças e adolescentes nos semáforos, estarão construindo identidades, a partir de relações de poder.

#### 4.4 VIOLÊNCIA E MEDO: A REALIDADE NOS SEMÁFOROS

Os menores que vivem realizando trabalhos nos semáforos estão constantemente expostos ao medo e a violência. Não só essas crianças e adolescentes que realizam trabalhos nos semáforos são vítima dessa insegurança, mais também a população que circula nas áreas onde se encontram esses trabalhadores infanto-juvenis, e no caso da população residente próximo a esses lugares, o causador desse “medo” são os próprios menores. E é esta insegurança que alimenta o medo, tanto dos menores, como da população circulo vizinha. Fazendo dos espaços dos semáforos uma “paisagem do medo”, no qual Tuan (2005, p.12) define como sendo:

Paisagem do Medo são as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana - mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos.

Toda forma de delimitação de áreas, territórios, são realizadas com a finalidade de controlar o caos, assim, quando esses “menores trabalhadores” definem seus territórios, eles estão querendo controlar o caos, da paisagem do medo, que se forma a partir deles.

Para alguns cientistas sociais, esse medo, essa insegurança, se deve ao fato de o mundo hoje ser bem mais individualizado, no qual, a população não vive mais o coletivo vive

no mundo da “Modernidade Líquida”, termo definido/utilizado por Baumam (2005), onde as coisas acontecem de forma muito rápida, onde o consumismo é a “bola da vez”, onde a auto-segregação (referindo-me, e pegando como exemplo, os condomínios fechados) ocorrem, com o intuito, da população mais privilegiada se afastar dos centros das cidades, procurando mais segurança e evitando de uma certa maneira, uma poluição visual.

Os indivíduos dessa “Modernidade Líquida” são tratados como mercadorias, mais uma peça do jogo, problemas que só multiplicam com a globalização, e atingem principalmente os espaços públicos, espaços esses, onde estão inseridos esses menores, como no caso dos semáforos. Não se confia mais no outro, como cita Baumam (2009, p.19), a respeito da insegurança na era moderna:

A insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana. Castel atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno.

Assim, esses trabalhadores infanto-juvenis dos semáforos, com intuito de garantir mais proteção, começam a viver em grupos, ou seja, eles definem seus pontos e se “juntam” e tornam-se partes integrantes de um mesmo grupo (proteção coletiva), procurando se proteger dos maiores, da polícia, dos usuários de drogas, enfim, como diz um dos entrevistados, na pesquisa realizada em “locus”, quando questionado a respeito de como se dava sua proteção nos semáforos. Será utilizada a inicial do nome, a fim de manter sua identidade protegida.

R: “... eh, se roubar vai todo mundo em cima, nois anda em grupo!”.

Esse método de proteção tem como finalidade, a sobrevivência desses menores, que no dia-a-dia dos semáforos se deparam com infinitas de perigos urbanos; são adultos (na maioria dos casos, seus próprios pais) querendo explorar, são usuários de drogas que abordam esses menores para roubar o dinheiro conseguido nos semáforos (principalmente na sua volta pra casa, onde eles sabem que estes vão indo com dinheiro), não o bastante, ainda existe o medo, das instituições que tem como objetivo, ou pelo menos deveria ter, de proteger esses menores, dentre esses a polícia é o que provoca mais medo gerando assim a violência. Estes também temem o Conselho Tutelar, os programas sociais, no caso de Campina Grande o Programa Ruanda, chegando à conclusão que eles temem qualquer instituição que queiram tira-los da situação de rua.

Gerando medo e violência, como já foi mencionado anteriormente, a população que necessita passar por essas áreas onde se encontram esses “meninos trabalhadores”, mesmo que estes não tenha o intuito de lhe causar algum dano, como roubos, assaltos, enfim, tentam

se proteger, levantando o vidro dos automóveis (que em sua maioria são revestidos com vidros fumê) e também travam as portas dos veículos, quando se aproximam dessas áreas, fato que se tornou-se corriqueiro para a população, como podemos ver nesta citação de Souza (2008, p.19):

É melhor usar um relógio não muito caro (deixe o Rolex em casa) – mas não tão barato a ponto de o ladrão se irritar’. ‘Deixe os vidros do carro levantados’. ‘Não pare no sinal, mesmo fechado’. ‘Atravesse logo a rua, tem um grupo de pivetes ali. Bala perdida.

Desta maneira a população se sente desprotegida e como forma de diminuir o contato com estes menores negam aceitar os serviços prestados pelos mesmos, no caso, limpar os pára-brisas, ou então comprar algum tipo de doces/balas, ou evitam até olhar os menores fazendo malabares. Já a população que necessita passar por essas áreas a pé tenta mudar o percurso, mesmo que este se torne mais longe.

O medo se transforma em hábito, tanto para a população infanto-juvenil que trabalha nos semáforos, ou frequentam aquele espaço só na forma de pedintes, quanto também para a outra parcela da população que necessita dessas áreas para se locomover. O medo que vem aliado com a violência é nítido em grandes centros (principalmente), mas, não é o problema só dos grandes centros, hoje, estamos constantemente expostos a estes tipos de problemas. E uma das principais causas desse medo generalizado da população, se dá, pela mídia, não que esta seja a culpada de tal situação, mas, “esta se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo”. Como forma de vender mais jornais, revistas, e também esta situação gera bons negócios, como carros blindados, portas elétricas, vidros fumê, dentre tantos outros meios de se proteger dessa violência. A mídia se transforma é um instrumento do poder, pois, esta terá em “mãos” o veículo para difundir estas notícias, tudo isso combinados com estratégias.

Souza (2008) em sua obra “Fobópole” utiliza uma citação de Beck, no qual este classifica dois tipos de guerras, uma “guerra real” (Realer Krieg) e uma “guerra sentida” (Gefuhlter Krieg), após estas definições, pode parecer ousado, até mesmo temerário, de adaptar o termo para violência real e violência sentida. Pois a violência real é aquela que como o próprio nome já diz, acontece realmente, produz vítimas e grandes traumas. Já a violência sentida é aquela no qual não a vítimas (pelo menos reais), mas, sofrem as consequências através, principalmente, da mídia, que para garantir seu sucesso, ampliam os fatos, fazendo com que pessoas analisem suas áreas, e a partir dessas informações, evitem passar por certos lugares em determinados períodos do dia. Toda violência sentida é fruto da violência real, pois esta, violência real, alimenta a violência sentida com dados assustadores,

no qual a mídia surge como elo entre estas duas, disseminando, muitas vezes, de forma inadequada os dados estatísticos.

Vivendo em um período de individualismo, de competitividade, de falta de solidariedade, a população dessa era da globalização se adapta a este meio e assim passam a ignorar esses menores, como se fosse normal, aqueles indivíduos nos semáforos. Ocasionalmente surge uma violência, que surge como resultado dessas condições, uma violência que Santos (2008, p.55) distingue como uma “violência estrutural”, visto que o problema do surgimento destas se dá, não de forma individual, mas está presente na estrutura da sociedade, pois, trás consigo os seguintes elementos:

A nosso ver, a violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro.

Esta “violência estrutural” surge como uma primeira violência, a base, a “mãe de todas as outras violências”. O dinheiro em estado puro aparece onipresente em todas as relações sociais, onde o consumismo se torna um denominador comum para todos os indivíduos, “juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual”. A competitividade em estado puro se torna característico desse individualismo no qual, as pessoas começam a competir com as outras, deixando de lado a ética, a solidariedade. E a potência em estado puro, se apresenta como resultado das duas últimas categorias como podemos perceber nesta citação de Souza (2008): “Para exercer a competitividade em estado puro e obter o dinheiro em estado puro, o poder ( a potência) deve ser também exercido em estado puro”, ou seja, o uso da força, do poder, se torna essencial para manter estas relações, que se junta com outros problemas sociais, gera a violência, ocasionando o caos na sociedade, e prejudicando principalmente os indivíduos que não possuem condições sociais, familiares, enfim, e que estes se iludem com o poder, o consumismo, fazendo qualquer coisa para conseguir desfrutar desses fatores.

Sendo vítimas, ou gerando vítimas, desse medo e dessa violência, os menores trabalhadores vêem os semáforos como (talvez) única forma de sobrevivência. E para isso, tentam se proteger de todas as formas. A sobrevivência torna-se a palavra – chave constitui-se o principal objetivo desses “menores trabalhadores” dos semáforos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo este epítome sobre a epistemologia de um dos conceitos-chave da ciência Geográfica, o Território, permitiu-nos observar suas modificações ao longo de sua história, lembrando que, o termo território não se modificou totalmente, mas, este passa a ser identificado/conceituado a partir de novos paradigmas.

Esta forma de conceituar o território, que na Geografia Clássica de Friedrich Ratzel, era fundada no Estado, passou por “modificações”, no qual, após a Geografia Crítica, que vinha atrelada ao materialismo histórico e dialético, passou a utilizar como método fundamental de reconhecimento do território, as relações de poder, não que o poder não existisse anteriormente, mas, este se encontrava “embutido” no Estado.

E com isso buscou-se meios de mostrar/identificar nos semáforos da Cidade de Campina Grande – PB, a partir das crianças e dos adolescentes que habitam/frequentam estes espaços, a construção destes territórios. Uma vez que, as relações nesses espaços, são construídos a partir do poder, que nem sempre é identificado por esta população infanto-juvenil.

O termo poder caracteriza as relações dos semáforos de Campina Grande - PB, as crianças e os adolescentes que se encontram nos semáforos estudados através de suas atividades (limpadores de pára-brisas, malabaristas, vendedores balas/doces, ou, na forma de pedintes, enfim), delimitam suas áreas, cristalizam seus limites, constroem seus territórios. É interessante observar as características específicas destas áreas, onde, as relações sociais passam a se constituírem, relações estas, que são marcadas pelo poder. Assim, estas áreas passam a ser a casa desta população, tudo passa a ser vivido nos semáforos, estas áreas se apresentam como: local de trabalho, das relações sociais, relações com a família, local que antes de tudo, significam sobrevivência, ou seja, são dos semáforos, que essas crianças e adolescentes tiram o suficiente para sobreviverem em meio de tantas desigualdades sociais, e quando explicito “tiram o suficiente para sobreviverem” refiro-me, o suficiente para se “alimentar”.

Este problema característico de grandes centros urbanos vem aumentando de forma significativa nos últimos anos, e levando a cada dia, mais pessoas para estas “áreas de risco”, e estes muitas vezes, mais novos. Levando-nos a indagar-se sobre essas crianças e adolescentes, pois, seria esta população infanto-juvenil que se encontram nos semáforos da Cidade de Campina Grande – PB, reflexo de um sistema que excluem sem nenhuma

“piedade” pessoas que não conseguem se adequar as necessidades destes? Ou seriam essas crianças e adolescentes produtos de suas próprias escolhas? Poderíamos discorrer vários os motivos pelos quais estas crianças e adolescentes vivem nestas “áreas de risco”, problemas referentes tanto a condições sociais, referindo-me a relações familiares, tanto a relações financeiras, que incluiria, falta de oportunidade, enfim. Mas, um fato acontece, e estar a cada dia mais visível, que é, como já foi precedentemente descrito, o aumento dessas crianças e adolescentes nos semáforos de Campina Grande-PB, os motivos que levam estes a essas “áreas de risco” são os mais variados, como vimos ao longo do estudo, porém, fica evidente o descaso, tanto da população que circula por estas áreas, e toda a sociedade, como pelos governantes da cidade referida.

Diante disso, é necessário unir a sociedade, e o poder municipal, para que estes juntos, e com a ajuda de outras instituições ou empresas, possam garantir qualidade de vida a esta população infanto-juvenil, e assim, fazer valer o que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), já concretizou em leis federais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas territorialidades: Os limites do Poder Nacional e do Poder Local. In: **Território: Globalização e fragmentação**. (Orgs.) SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> Acesso em: 15/09/2010.

CLAVAL, Paul. **O território na Transição da pós-modernidade**. p. 08, 1999

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. (Orgs.) CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHENIAUX, Sonia. **Trapaceadas e Trapaceiros: O menor de Rua e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1982.

FERREIRA, Tânia. **Os meninos e a Rua: Uma interpelação da Psicanálise**. Belo Horizonte: FUMEC, 2001.

GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e Modernidade**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos Territoriais na Estratégia de Preservação da Natureza. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** (Orgs.) SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. São Paulo: Expressão popular, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Disponível em <<http://www.pmcg.pb.gov.br/transparencia/eixos/cidadania/75.php>> Acesso em: 15/09/2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução: França, Maria Cecília. São Paulo: Ática, 1993

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia): O Povo e seu território. In: **Ratzel.** Org: MORAES, Antonio Carlos Robert. São Paulo: Ática, 1990.

SILVA, J. C. da. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: ANGELO, Miguel. **Território e prostituição na Metrópole Carioca.** Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Universitária de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O Dinheiro e o Território. In: **Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial.** 3ª ed. (Orgs.) SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas.** (Orgs.) CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

SOUZA, Marcelo L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** (Orgs.) SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por Uma Abordagem Territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (Orgs.) SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. São Paulo: Expressão popular, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.